

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2021

(Do Sr. Deputado Leo de Brito)

Solicita informações ao Ministério da Economia sobre o potencial de aumento do Imposto de Renda de 2 milhões de contribuintes presente na proposta do governo para a reforma tributária.

Requeiro a Vossa Excelência com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115 e 116 no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sejam solicitadas informações ao Ministério da Economia sobre o potencial de aumento do Imposto de Renda de 2 milhões de contribuintes presente na proposta do governo para a reforma tributária.

JUSTIFICAÇÃO

Em 29 de junho de 2021, a Folha de São Paulo¹ revelou que a Reforma pode aumentar Imposto de Renda de 2 milhões de contribuintes segundo um estudo do Observatório de Política Fiscal do FGV.

Após divulgação do estudo na terça-feira (29), o economista Manoel Pires, coordenador do observatório, informou nesta quarta-feira (30) que a previsão anterior estava superestimada e captava uma base maior de contribuintes.

Pires diz concordar com projeção feita pelos economistas Rodrigo Orair e Sérgio Gobetti, que apontaram uma possível elevação de imposto para 2 milhões de contribuintes se a limitação da declaração simplificada for aprovada pelo Congresso.

Atualmente, qualquer contribuinte pode optar por fazer a declaração simplificada. Nela, não há necessidade de incluir gastos que viabilizam

¹ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/reforma-pode-aumentar-imposto-de-renda-de-68-milhoes-de-contribuintes-diz-fgv.shtml>



deduções de imposto, porque há um desconto padrão e automático de 20% sobre a renda tributável. O limite atual desse desconto é de R\$ 16.754,34.

Pela proposta do governo, a declaração simplificada só será liberada para contribuintes com renda anual de até R\$ 40.000, um valor aproximado de três salários mínimos por mês.

O estudo da FGV, produzido pelos economistas Manoel Pires e Fábio Goto, pressupunha que todas as pessoas com renda de até R\$ 40.000 já declaram pelo modelo simplificado. Desse modo, usou dados da Receita Federal para estimar que a mudança aumentaria o imposto de 6,8 milhões de contribuintes.

Os pesquisadores da FGV também analisaram o aumento na faixa de isenção do IR de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500 proposto pelo governo. Segundo eles, a atual faixa isenta de cobranças é de aproximadamente metade do que foi em 1995, considerando a variação da inflação no período.

O texto desenhado pelo time de Guedes deverá elevar a carga tributária para a maior parte das empresas. Isso porque a isenção sobre dividendos acabará, passando a incidir uma cobrança de 20% sobre sua distribuição a acionistas, afirmam os pesquisadores.

Ante o exposto, tendo em vista a necessidade de fiscalização e controle dos gastos públicos, faz-se necessário a busca de informações do Ministério da Economia sobre qual o impacto financeiro para os contribuintes caso a reforma tributária seja aprovada.

Plenário, 07 de julho de 2021.

Dep. Leo de Brito
PT/AC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leo de Brito
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212674934100>

